



A Política da Prudência

Russell Kirk

Introdução de Mark. C. Henrie

Apresentação de Alex Catharino

Tradução de Gustavo Santos & Márcia Xavier de Brito

São Paulo: É Realizações, 2013. (495 páginas)

ISBN: 978-85-8033-144-8

.....

Com Platão (427-347 a.C.), passando por Edmund Burke (1729-1797) e chegando ao próprio Russell Kirk (1918-1994), há uma longa tradição de exaltação da prudência como a virtude a ser cultivada pelo homem e particularmente pelo político, aquele que pretende a condição de “grande estadista”. O livro *A Política da Prudência*, do filósofo norte-americano Russell Kirk, é uma coletânea de textos oriundos de dezoito conferências que versam sobre diversos assuntos abordados desde a perspectiva conservadora de Russell Kirk. Os textos tratam de temas sociais, políticos e filosóficos, muitos dos quais tocam em questões que compõem nosso atual debate, como: o caráter ideológico que move as utopias políticas (e o conservadorismo como antítese desse quadro), os dilemas morais do progressismo, o debate travado entre libertários e conservadores, o problema do neoconservadorismo, políticas externas intervencionistas, o aumento do poder estatal sobre a vida privada e a proletarianização da vida. Kirk toca nesses assuntos em *A Política da Prudência*, intercalando com capítulos que fazem esclarecimentos acerca do conservadorismo (particularmente o norte-americano).

Embora os dezoito textos possam eventualmente ser lidos separadamente, algumas ideias podem ser depreendidas deles, porque permeiam cada um e todos os textos. O elogio à prudência como a virtude do conservador e do grande estadista é um exemplo. Para Kirk, o grande estadista deve ser prudente (p. 255), isto é, conceber a política

como o âmbito do possível, como a “arte” do possível. A exaltação da prudência como virtude política implica em solapar a visão de conservadorismo como mera manutenção do *status quo* ou como aversão raivosa à mudança. As mudanças devem vir, desde que promovidas desde reformas paulatinas que não demandem o fim das instituições ou a subversão da ordem. Como é afirmado por Alex Catharino na apresentação à edição brasileira:

[...] temos a mentalidade conservadora, tal como apresentada pelo pensamento burkeano, que tenta preservar os princípios fundamentais apreendidos pela experiência histórica e que, orientada pela virtude da prudência, aceita, por reformas gradativas, as mudanças culturais ou sociais inerentes à dinâmica histórica (p. 37).

Não se deve confundir a mentalidade conservadora de Russell Kirk, alinhada à tradição da Ilha, ou seja, que remete a Edmund Burke e Michael Oakeshott (1901-1990), com aquela simplesmente reacionária, ou seja, que se opõe à mudança meramente por ser mudança; concepção que se encontra usualmente associada ao conservadorismo do Continente, com expoentes como os franceses Joseph De Maistre (1753-1821), Louis de Bonald (1754-1840) e outros. As mudanças são bem-vindas, desde que “por reformas gradativas” regidas por ações de estadistas prudentes.

Da ação prudente depreende-se outra característica essencial do conservadorismo de tipo anglo-saxônico defendido por

Russell Kirk: seu caráter anti-ideológico. Uma ideologia pode ser definida como um conjunto de ideias doutrinárias, um corpo de ações positivas que pretendem oferecer soluções definitivas para os problemas do mundo. O marxismo e o comunismo são ideologias na medida em que prescrevem ações a serem tomadas e que, se bem aplicadas, transformarão a vida na terra em paraíso, ou nas palavras de Kirk, uma ideologia é “*uma teoria fanática da política que promete o paraíso terrestre*” (p. 273). As ideologias políticas optam pelo “dogmatismo arrogante” – em expressão usada como título do livro *Entre o Dogmatismo Arrogante e o Desespero Cético* do professor Alberto Oliva – ao clamarem para si conhecimento pleno das soluções para todos os problemas do mundo e, nesse sentido, o conservadorismo é anti-ideológico. Embora Kirk, no capítulo 4 de *A Política da Prudência*, elenque dez livros conservadores de excelência, “*não existe um equivalente conservador do Das Kapital [O Capital], de Karl Marx (1818-1883); e, se Deus quiser, nunca existirá*” (p. 129). Ou seja, não existe um “manual” conservador a ser adotado por todos que contenha “*algum projeto livresco de um paraíso terrestre de própria autoria*” (p. 129).

Da mesma maneira que não existe a obra-magna do conservadorismo, também não há panfleto estratégico à maneira do *Manifesto*, pois o conservadorismo não tem um projeto de tomada de poder, visto que identifica-se mais com uma condição, um espírito, uma postura ou até um humor e menos com um projeto político que vise a tomada e manutenção do poder à maneira maquiaveliana. A política da prudência está em posição diametralmente oposta à condição ideológica. Enquanto a ideologia é um tipo de “*religião invertida*” (p. 98) que arroga para si um conhecimento positivo e absoluto capaz de converter a terra em paraíso, “*o político prudente sabe que ‘utopia’ significa ‘lugar nenhum’*” (p. 98) e também tem ciência que qualquer projeto revolucionário está fadado ao fracasso pois, além de carecer a sabedoria necessária para subverter a ordem atual e reordenar o mundo, há coisas que já

foram sagradas pelo uso e pela tradição e que não devem ser jogadas fora. O conservador, portanto, adere a uma humildade metodológica, reconhecendo limitações e admitindo que, ao longo da História, já acertamos em algumas coisas e que estas não precisam e não devem ser descartadas; ou ainda, nas palavras de Kirk: “*O reformador radical, proclamando-se onisciente, derruba todos os rivais para chegar mais rapidamente ao Paraíso terreno. Conservadores, em nítido contraste, têm o hábito de jantar com a oposição*” (p. 99). Dessa maneira, Kirk insere-se numa tradição também liberal de negação de projetos revolucionários e ideologias propositivas que clamam poder reformar o mundo abruptamente e torná-lo perfeito, alinhando-se a liberais como Friedrich August von Hayek (1899-1992), Ludwig von Mises (1881-1973), Bertrand de Jouvenel (1903-1987), Karl Popper (1902-1994) e Alexis de Tocqueville (1805-1859).

Desse posicionamento anti-ideológico apresentado em *A Política da Prudência* por Russell Kirk, depreendemos que o filósofo americano rejeita tanto o libertarianismo quanto o neoconservadorismo, e os capítulos de *A Política da Prudência* onde Kirk analisa ambas as ideologias são urgentes para uma compreensão apropriada do quadro político contemporâneo (“*Uma Avaliação Imparcial dos Libertários*” e “*Os Neoconservadores: Uma Espécie em Extinção*”). Kirk afirma que compactua com todo aquele que “*acredita em uma ordem moral duradoura, na Constituição dos Estados Unidos, nos modos de vida norte-americanos estabelecidos e numa economia livre*” (p. 228) e que crer nisso faz do sujeito um conservador, mesmo que confuso, circulando entre ideologias. O libertarianismo, segundo Kirk, é uma boa escola para o conservadorismo: “[...] *um afeto inicial pelos slogans libertários muitas vezes acaba levando jovens rapazes e moças para o lado conservador*” (p. 229) e “*Portanto, o que podemos dizer do libertarianismo, amistosamente, é que tem sido amiúde um espaço de recrutamento de jovens conservadores*” (p. 230).

Contudo, o conservador, prudente e ciente de que a política é a arte do possível,

apresenta pontos de convergência com os libertários: concorda que o crescimento, recente e contínuo, do Estado apresenta uma “*sinistra ameaça à liberdade ordenada*” (p. 227) – para a posição de Kirk sobre esse tema, ver o capítulo quinze, “O Estado Behemoth: Centralização”; os libertários também se opõem, tal como Kirk, a uma “política externa arrogante”, colocando-se em par com paleoconservadores e em oposição à ideologia do democratismo americano liberal global dos neoconservadores e ainda, o libertário “*acredita numa proporção humana [...] assumem a causa do indivíduo autossuficiente, da associação voluntária, da justa recompensa do êxito pessoal*” (p. 229), ou seja, o libertário compartilha da moderação praticada pelo conservador na medida em que torna o indivíduo isolado do Estado e do governo o núcleo da ação social.

Embora o conservador também se oponha ao crescimento desgovernado do Estado, não propõe sua extinção. Não há flerte conservador com a anarquia, seja ela de mercado ou não. Os libertários são, para Kirk, “*anarquistas ‘filosóficos’ em trajes burgueses*” (p. 230). Embora a Constituição Norte-americana limite os poderes do Estado, no entender de Kirk ela não é um ensaio libertário. Quando o libertarianismo promove uma adoração abstrata da liberdade, toma forma estritamente ideológica e assemelha-se ao marxismo; para Kirk a liberdade só pode existir sob o pano de fundo da ordem. O projeto oferecido por libertários doutrinários é, segundo o filósofo, uma ideologia que promove o egoísmo universal, o que (conforme explica a nota 471 da obra) coloca Russell Kirk em oposição à filosofia objetivista de Ayn Rand (1905-1982).

Quanto aos neoconservadores, são rejeitados por Russell Kirk por serem

ideólogos tanto quanto marxistas e libertários doutrinários. Neoconservadores acreditam que a democracia, de molde liberal norte-americano, deve ser exportada, *a fortiori* se necessário, em todos os cantos do globo. Kirk não considera que o exemplo norte-americano seja possível, aplicável e recomendável para qualquer nação, o histórico de cada uma deve ser levado em consideração e pode-se chegar à conclusão que para nações específicas a monarquia pode ser superior à democracia, por exemplo (p. 333ss). Na ótica kirkeana, neoconservadores sustentam a crença arrogante de que detêm uma fórmula pronta e total capaz de resolver todos os problemas do mundo, não se tratando da revolução comunista, ou da liberdade irrestrita, mas da democracia liberal. Segundo Kirk, a ideologia encabeçada por intelectuais como Michael Novak (1933-) e Irving Kristol (1920-2009) é responsável pelas participações equivocadas da América nas guerras na Indochina, fazendo muitos aderirem à ideia que a democracia poderia florescer num ambiente em que nunca existiu (p. 252).

Desse modo, a obra de Kirk configura-se, apesar de seu foco norte-americano, como excelente introdução à corrente político-filosófica denominada conservadorismo, especialmente em sua vertente anglo-saxã (que é particularmente pouco conhecida pela academia brasileira). É em *A Política da Prudência* que Kirk apresenta os chamados “Dez Princípios Conservadores” (capítulo 2), além de elencar livros, acontecimentos e personalidades representativas do conservadorismo, sintetizando informações essenciais para quem pretende fugir do estereótipo do conservador como mero legitimador do *status quo*. ∞

André Assi Barreto

Professor das redes pública e particular de ensino em São Paulo
Colaborador das revistas *Filosofia Ciência & Vida* e *Filosofia Conhecimento Prático*
Graduado em Filosofia pela Universidade São Judas Tadeu (USJT)
Mestrando em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP)
andreassibarreto@protonmail.ch